

Apostilas epigráficas – 10

José d'Encarnação¹

Resumo

Traça-se a panorâmica dos estudos espanhóis sobre uma *gemma* romana com inscrição de teor mágico, em língua grega, dada como procedente da vila portuguesa de Almeida; reanalisa-se um epitáfio de Lamego, onde coexistem as fórmulas *in honorem* e *ob pietatem*; recorda-se o fragmento de uma inscrição funerária de Monsanto da Beira.

Palavras-chave: *gemma* romana; magia; Almeida; Monsanto da Beira; formulários epigráficos.

¹ Professor catedrático em História e Arqueologia, pela Universidade de Coimbra desde 1991. Aposentou-se em Julho de 2007. A sua especialidade é a Epigrafia Romana, de que foi docente e sobre que publicou um manual, hoje em 5ª edição, tendo sido também esse o tema da sua licenciatura (*Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda 1975) e do doutoramento (*Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984). Académico de Mérito da Academia Portuguesa da História, Académico Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa (Classe de Letras), membro do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão e do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Não reconhece as regras do Acordo Ortográfico vigente. E-mail: jde@fl.uc.pt

Abstract

A Roman *gemma* with a magic greek inscription is probably found at the Almeida's territory, in Nordest of Portugal. A Roman epitaph of Lamego (Viseu, Portugal) presents, anusually, the formulas *in honorem* and *ob pietatem*. An Roman inscription from Monsanto da Beira with the antroponymes *Paullus* and *Fonteius* was unknown till the moment.

Key words: Roman *gemma*; magic; Almeida; Monsanto da Beira; epigraphic formulas.

Longo caminho percorrido determinou paragens para retemperar as forças e, também, para – olhando para trás – enxergarmos as pegadas que deixámos. Apetece citar o célebre poema de Antonio Machado (¹⁰1984, p. 223):

*Al andar se hace camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.*

Não direi que ao historiador ou ao epigrafista se torne impossível tornar a calcorrear o carreiro que seguiu; contudo, o modo de o voltar a percorrer há-de ser sempre diferente, mais não seja porque se tem a consciência clara de que se trata de um renovado andar, com outras perspectivas de paisagem, não há dúvida.

Justifico assim a série a que, em 1994, meti ombros, com o objectivo de reflectir de novo sobre inscrições romanas já estudadas, série que, ousou afirmá-lo, tem dado resultados não despidiendos, mais

não seja em termos de consciencialização de que a verdade, por mais que se queira, não tem carácter definitivo!

Proponho-me, por conseguinte, retomar a análise de três epígrafes da Lusitânia romana: uma pedra preciosa conhecida de há muito na literatura específica espanhola, mas ainda não tida na devida consideração do lado português; uma placa funerária de Lamego de formulário fora do comum; e o fragmento de uma epígrafe de Monsanto da Beira, que terá passado despercebido.

1. Uma inscrição mágica romana em Almeida

Providos ou não de inscrição esclarecedora, deparamos, no dia-a-dia, com objectos a que o seu utilizador atribui um valor especial. Chamamos-lhes talismãs, porque susceptíveis de nos proporcionarem, no momento oportuno, a atitude correcta para obter o melhor resultado. Fácil é compreender que essa atitude terá acompanhado o Homem desde que foi criado e não me levará a mal o leitor se eu lhe disser que nesse pressuposto radicou a narrativa bíblica do *Génesis* (3, 1-6), quando o Demónio em forma de serpente sussurrou a Eva que era o fruto proibido o seu totem miraculoso:

Não, não morrereis; mas Deus sabe que, no dia em que o comerdes, abrir-se-ão os vossos olhos e sereis como Deus, ficareis a conhecer o bem e o mal.

Devo a Joaquín L. Gómez-Pantoja ter-me anunciado, a 30-09-1998, que encontrara numa revista a referência ao achado de uma cornalina com inscrição mágica: «A peça, que está em Valência desde o século passado, é bem conhecida, mas não a sua origem, que parece ser Almeida, em Portugal».

Decidi-me, pois, a perscrutar o que sobre tal achado se escrevera.

1.1 Sabino Perea 1998 e 2000

Coube a Sabino Perea (1998) a iniciativa de, a partir do estudo feito por Carmen Alfaro (1996, nº 49), identificar a pedra preciosa com inscrição, hoje guardada na Biblioteca Universitária de Valencia.

Carmen Alfaro chamara a atenção para o facto de ser semelhante a uma outra e Sabino Perea explicou que se tratava, na verdade, da mesma «cornalina ovalada, que formaba parte de un anillo de oro», medindo 18 x 11 x 4 milímetros e ostentando, em caracteres maiúsculos gregos, as seguintes inscrições (Fig. 1):

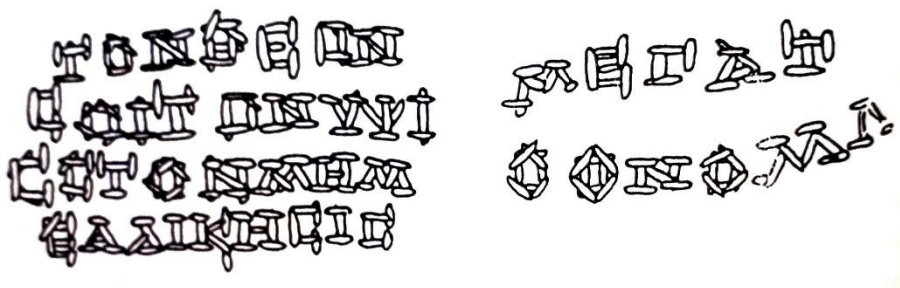


Fig. 1 - A inscrição da gemma, segundo desenho da Prof^a Carmen Alfaro.

No anverso:

Τὸν θεόν σοι τὸν ὕψις στον μή με ἀδικήσις

No reverso:

Μέγα τὸ ὄνομα

A tradução apresentada é, para o reverso, «Te (invoco), Dios Altísimo, no me perjudiques»; para o reverso, «Grande (es tu) nombre».

Verificou Sabino Perea que já em 1861 (p. 24) Emílio Hübner a publicara «junto com otras ocho conervadas entonces en la Biblioteca Pública de Valencia» e que, aliás, outras referências houvera, anteriores, à mesma peça.

Assim, D. Blas Antonio Nassarre y Ferriz, bibliotecário real (dos reis D. Filipe V e D. Fernando VI), referira-a em 1738, o Padre Masdeu em 1788 e J. J. da Costa em 1854.

Escrevera Nassarre o prólogo de um livro de Cristóbal Rodríguez (1738, XII-XIII), onde, a propósito da inscrição da pedra preciosa, a compara com o texto grego de uma das inscrições do santuário rupestre de Panóias, que conhecia pela obra do Contador de Argote (tomo I, livro 2, cap. 7, fol. 346), em que também se lê a palavra “ὕψιστος:

Es admirable la consonancia que hace [la mención a ὕψιστος en Panoias] con la inscripción de una Piedra Cornalina Anular, hallada por un Labrador en el territorio de Almeida, con que me regaló el mismo [...] Don Francisco [de Almeida], à quien tanto debo (Perea 1996, 129).

Masdeu transcreve a inscrição, que «encontró un campesino en el territorio de Almeida» (*ibidem*, 130).

Costa de Macedo comenta (Perea, 130) que se trata de «um talisman, e pela inscrição Grega, não pertence provavelmente a Portugal, mas a algum Grego, ou a outra pessoa que passou pelo sítio onde foi encontrada, e ali a perdeu» (1854, 41-45).

Quanto a Emílio Hübner, que já viu a pedra preciosa em Valência, Sabino Perea acha que o epigrafista alemão, quiçá por suspeitar de que se tratava de uma peça originalmente itálica e porque, sem razão plausível, não quis ter em conta as «noticias portuguesas», «silencia ladinamente toda referencia a su procedencia portuguesa» e omite-a, portanto, no CIL II.

Tudo isso leva Sabino Perea a afirmar que há «circunstancias concluyentes para fijar la procedencia portuguesa», concretamente do termo de Almeida, de forma que «el epíteto “ὕψιστος en esta inscripción de Almeida há de sumarse a aquél de Serapis en Panóias,

também em Portugal. Son los únicos teónimos “Υψιστος en la Hispania romana» (*ibidem*, 131).

De seguida, o autor debruça-se detidamente sobre a epígrafe desta pedra, que tem por «excepcional»; e, se o epíteto “Υψιστος «no era exclusivo del Yahvé judío, pues en efecto lo llevan asociado a sus nombres otros dioses, especialmente Serapis en contextos místéricos y sobre todo Zeus» (p. 132), a referência, no reverso, à grandeza do nome divino, «sin nombrarlo, indica precisamente que se trata de Yahvé, cuyo nombre era impronunciable». Por outro lado, explicita mais adiante (p. 134) que a adição do termo θεός «permitia a los judíos mostrar el nombre de su divinidad “al exterior”, fuera del restringido uso de la comunidad».

Trata-se, continua Sabino Perea, de uma *gemma* de «inequívoco» «contexto mágico», «tanto por su soporte, su factura, y su contenido» (p. 135), como se atesta por múltiplos exemplos semelhantes. Segundo este investigador, «la presencia del dios de Israel en contextos mágicos» está aqui patente «en su forma más genuina», mormente porque aí se não pronuncia o nome de Deus e se atribui à divindade o apelativo de “Υψιστος, que fora apanágio de Zeus e do qual paulatinamente o deus judeu «se va apropiando cada vez con más fuerza» (p. 141).

Termina Sabino Perea Yébenes com um voto: que a análise textual e contextual que fez deste objecto tão simples como o é uma pedra preciosa com inscrição e que mais não será, porventura, «que una muestra de piedad personal y de temor religioso» possa ter contribuído para esclarecer que uso quotidiano, popular, faziam, com objetivos mágicos, os judeus ou os simpatizantes do seu deus, do nome Yahvé, Υψιστος, colhido do Antigo Testamento, ainda em época romana imperial (p. 141).

Este artigo será reproduzido na íntegra no livro *El sello de Dios* (p. 37-64), com uma *Addenda* (p. 65-71), em que o autor analisa a possibilidade – aventada por Carmen Alfaro no seu catálogo – de esta pedra preciosa ter «una marca papal que certifica su procedencia de Roma entre 1815 y 1870». Não está claro, porém, explica o Autor, que ela se encontrasse entre o lote de jóias marcadas nessa altura; de resto, a marca era aposta no ouro e não na própria pedra. Por outro lado, também nada prova que haja constado do rol que o pintor José Aparicio Inglada, que fora pensionista da Academia de Belas Artes em Roma, entregara à Biblioteca Universitária de Valência, na Primavera de 1815. Na verdade, a pedra pertenceu, desde meados do século XVIII, a funcionários da corte espanhola; se foi parar às mãos de José Aparicio, até porque ele era pintor da Corte, isso não obriga a atribuir-lhe uma procedência de Roma (p. 71).

1.2. Alfaro 1996 e 1997

Como se disse, Carmen Alfaro dedicara, em 1996, uma obra a este tipo de objectos existentes na Universidade de Valência.

Na introdução, refere, entre outros temas, o tipo de pedras utilizadas. Desta sorte, caracteriza a cornalina (ou carnéola) como uma calcedónia, cuja cor típica é o vermelho de sangue, sendo uma «das variedades mais conhecidas e usadas na Antiguidade, sobretudo entre os Romanos; procedia da Arábia, da Pérsia e da Índia» (p. 19).

A pedra que nos ocupa tem, no catálogo, o nº 49 («Amuleto mágico») e a Autora descreve-a e explica o significado da epígrafe nas p. 110-111. De notar que sublinha ser esta grafia e apresentação gráfica «mui típica das pedras preciosas mágicas do século III em diante» (p. 111). Sabino Perea datara-a dos séculos III-IV da nossa era.

Do ano seguinte (1997), temos outro artigo de Carmen Alfaro (a que Perea não teve acesso), em que procura dar a conhecer o que

lograra obter como resultado da investigação feita acerca da origem da colecção. Refere-se à documentação consultada no que concerne à consignação oficial das pedras preciosas à Biblioteca Valenciana e dedica as pp. 368-370 à questão da proveniência desta pedra, pois soubera, em começos de 1996, das referências que já lhe haviam sido feitas por diversos historiadores.

No que concerne à procedência, a sua posição é clara: poderá ter existido uma peça semelhante à que descrevera no nº 49, uma vez «que este tipo de amuletos de carácter mágico, se fabricavam em quantidades importantes, com uma mecânica repetitiva de temas e de fórmulas, e que se vendiam a preços não muito altos, o que lhes dava uma grande mobilidade» (p. 370); contudo, escrevera na página anterior,

si fuera realmente el mismo entalle, habría que explicar cómo llegó una pieza así desde la Biblioteca de los Borbones, en Madrid, o desde la propia colección personal de Blas Nasarre hasta Roma y como pasó luego a las manos de Aparici, pues en tal caso la cornalina portuguesa habría necesitado recorrer un tortuoso itinerário: Almeida (Portugal), corte de los Borbones (Biblioteca Real) o casa de Nasarre (bien en Madrid, bien en Aragón), traslado a Italia (Roma) y, finalmente, llegada a Valencia. La peripecia es tan enorme que se nos antoja bastante inverosímil (p. 369-370).

Em síntese, Carmen Alfaro, não pondo em causa a hipótese de ter havido uma outra pedra preciosa com as características da que descreve sob o nº 49 procedente de Almeida, é de opinião que a de Valencia não poderia ter sido encontrada em Portugal.

1.3. Rosario Hernando 2001-2002

Rosario Hernando retoma o tema, dando conta das opiniões expendidas por Carmen Alfaro e por Sabino Perea – recorde-se que, embora tenham sido praticamente contemporâneas, a posição tomada por Perea não foi previamente conhecida por Alfaro nem vice-versa – e contesta os argumentos apresentados por Carmen Alfaro.

Na verdade, argumenta, «se não é de estranhar que uma peça italiana ‘se infiltre’ em Valência, porque é que se há-de estranhar que uma peça hispânica viaje até à Itália?» (p. 244); de estranhar é, ao invés, o facto, mui digno de encómio, de a colecção se não ter dispersado e tenha vindo ter, a bom recato, a um museu!...

Quanto à circunstância de esse tipo de artefactos, pelas suas características, poderem ser alvo de réplicas ou serem mesmo confeccionadas ‘em série’, tal tanto se pode aduzir para afirmar que a *gemma* ora em Valência é a mesma que um camponês encontrou no território de Almeida ou que, afinal, se trata de peças idênticas. Aliás, lembra Rosario Hernando,

Perea Yébenes analisou os documentos bibliográficos e as fontes de primeira mão que relatam o achamento da peça na localidade portuguesa de Almeida e não duvida em considerar que se trata da mesma peça, dado que, no desenho feito por Nassarre, até se observam os mesmos defeitos patentes na gemma valenciana.

Por outro lado, há documentação que prova terem estado em Espanha outras peças da colecção reunida em Roma. Desta sorte, conclui Rosario Hernando, «tendo em conta que só a inverosimilhança do seu périplo entorpeceria a sua admissão, a tão discutida origem lusitana da *gemma* nº 49 recobra a sua credibilidade».

1.4. Vestígios romanos em Almeida

Dada como assaz verosímil a proveniência desta *gemma*, há que pensar em que contexto ela poderá ter surgido.

Uma hipótese já foi sugerida, como vimos, por Costa de Macedo: «pela inscrição Grega, não pertence provavelmente a Portugal, mas a algum Grego, ou a outra pessoa que passou pelo sítio onde foi encontrada, e ali a perdeu». Algo, portanto, completamente

descontextualizado, artefacto precioso, mas perdido, ou, dizendo doutro modo, nada tendo a ver com o local onde viria a encontrar-se. Uma perda ocorrida na época romana ou caída do bolso de alguém em tempo bem posterior.

Certo é que não há dúvidas acerca da antiguidade da *gemma* e, por outro lado, a circunstância de ter sido encontrada por um camponês incita-nos a pensar que, no eventual terreno onde a achou, outros vestígios romanos poderiam ter existido, ainda que nada a esse respeito nos seja transmitido.

Resta-nos, além disso, essa evidente correlação com a inscrição de Panóias, que Géza Alföldy (2002, 212) leu assim:

Υψίστω Σεράπιδι συν γάστρα και μυσταριοις G(aius) C(---) Cal(purnius) / Rufinus v(ir) c(larissimus). «O que significa [continuo a seguir G. Alföldy] que o senador consagrou o recinto sagrado ao Altíssimo Serápis, incluindo uma gastra e mistérios. A divindade suprema dos infernos chama-se então Hypsistos Serapis. A gastra é a cavidade redonda aberta na rocha e situada imediatamente por detrás da inscrição, com vestígios de fogo e de uma grelha. A sua função nos mistérios deveria ser a de assar a carne da vítima que o mystes consumia neste lugar, defronte do nome da divindade altíssima. Como se pode deduzir dos paralelos de outros cultos mistéricos, era este o acto principal da iniciação.

Torna-se, pois, deveras aliciante estabelecer essa correlação, não só pela coincidência cronológica, mas também porque o horizonte cultural poderá ter sido o mesmo, atendendo, inclusive, às vias que percorriam essa região que poderia ter o rio Douro como referência. Escreveu Adriano Vasco Rodrigues (2010, 48):

A área geográfica em que se insere a actual Almeida foi atravessada por algumas vias romanas, primárias e secundárias. A mais antiga foi a de Mérida a Astorga, edificada nos primeiros tempos do

Império. Dela irradiavam ramais. Um deles servia o território de Cattacobriga². Por ali passava também uma estrada secundária que ia de Conimbriga para Salmantica.

Adriano Vasco Rodrigues tece apenas considerações gerais acerca dos tempos romanos nessa área, mas nada específica de concreto, quando, na verdade, o que muito desejaríamos saber era da presença de vestígios que pudessem atestar a existência de *villae* ou de *vici*, numa região em que os monumentos epigráficos documentam, de facto, a existência de aglomerados populacionais deste último tipo (Encarnação 2018, 27-33).

Quanto às vias, teve Vasco Gil Mantas a gentileza de me informar que, de Torre de Moncorvo, pelo Castelo de Calabre (*Caliabriga* visigótica), seguia uma via que acompanhava o Douro pela margem direita, passando junto a Panóias, no seu percurso para Braga (Fig. 2).



Fig. 2 - Parte de um mapa das vias romanas do Norte de Portugal. Especial deferência do Doutor Vasco Mantas.

² O autor identifica Almeida com essa cidade romana antiga, *Cattacobriga*, cuja localização continua a desconhecer-se.

Cingindo-nos ao que expressamente se refere como do território hoje integrado no concelho de Almeida, pouco e vago é o que foi consignado no *Roman Portugal*, de Jorge de Alarcão (1988, vol. II, fasc. 1, p. 57):

– **4/131 PEDREGAIS**, Almeida, Almeida. Abundância de «tegulae», segundo informação de J. A. Santos Teles e C. A. Chorão Teles.

– **4/132 ALMEIDA**. Cerâmica de construção e doméstica, canos de barro [com base numa publicação de 1979].

– **4/133 PINHAL DA SACRISTIA**, Malpartida, Almeida. Cerâmica de construção. Informação de J. A. Santos Teles e C. A. Chorão Teles.

No *Portal do Arqueólogo* (consulta feita a 22-04-2019), encontram-se os seguintes dados:

Sítio nº 5043

É a referência ao achado de uma moeda romana de cobre, com base em eventual informação contida em *O Arqueólogo Português* 21 1916 p. 293-344 [sic]. É, na verdade, o nº 22 e, entre as referências feitas por Leite de Vasconcelos nessa sua viagem «pela Beira», não consegui identificar esta.

Sítio 12 604:

Trata-se, provavelmente, de um povoado proto-histórico, posteriormente romanizado, localizado no cabeço do castelo medieval de Almeida, cujos vestígios poderão ter sido destruídos pelas ocupações posteriores. É provável que tenha havido continuidade de ocupação até à Alta Idade Média, tendo em conta a moeda visigoda aqui recolhida.

Na povoação de Almeida encontrou-se cerâmica de construção e doméstica bem como canos e barro romanos assim como na zona do castelo de Almeida se encontrou sigillata e cerâmica comum romana. Uma moeda muito rara de Hermenegildo foi dada como encontrada em

Almeida, mas pode ser proveniente do sítio próximo conhecido como Pedregais onde se encontraram moedas visigodas que, no entanto, não foram descritas.

Sítio 18 080:

A actual fortaleza de Almeida [...]. São muitos os autores que aqui localizam um povoado proto-histórico; contudo, as evidências arqueológicas até hoje identificadas recuam somente ao período romano, o que poderá indicar a presença de um assentamento anterior ainda impossível de documentar. Não obstante, Almeida pressupõe que a "primitiva fortaleza" da cidade de Almeida estaria instalada no sítio denominado de Enchido da Sarça ou de Pedregais, situado a 1000 m a oeste da actual povoação.

Conclui-se que, pelos materiais identificados e pela posição estratégica da fortaleza em relação ao Côa, é bem possível que neste lugar tenha existido um "castro lusitano-romano".

Investigações mais recentes conduziram à identificação de inscrições. Os atrás citados Carlos Alberto Chorão Teles e João Alberto dos Santos Teles³ deram a conhecer, em 1985, o epitáfio de *Talabus Caenoni f(i)lius*, que se encontrou, na década de 70 do século passado, «ao preparar-se o terreno junto à habitação do Sr. José Limão Gata, em Parada (Almeida)».

Por seu turno, Fernando Patrício Curado estudou, em 1988, o fragmento de uma epígrafe romana que «esteve reaproveitado numas paredes do sítio do Verdugal, ou Moradios (freguesia de Malhada Sorda, concelho de Almeida), 3 km a sul da aldeia, local onde aparecem

³ Aquando estudantes da cadeira de Técnicas de Investigação Arqueológica, do curso de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, elaboraram o trabalho (inédito) *Levantamento toponímico e arqueológico do concelho de Almeida* (Coimbra, 1981).

bastantes materiais de superfície». Adianta, em nota: «Pelos materiais de superfície visíveis no local, supomos que ali terá existido uma *villa*». Aliás, esses vestígios terão impressionado tanto que houve autores – é ainda Curado quem no diz – que chegaram a pensar na hipótese de aí se ter localizado não uma simples *villa* ou um *vicus*, mas uma verdadeira cidade citada nas fontes antigas: *Lancia Oppidana!*

Presença romana houve, portanto. E, ao contrário do que, à primeira vista, poderia parecer, não é o termo de Almeida vazio de vestígios que possam justificar cabalmente que, num dos seus terrenos agricultados, um dia se haja encontrado esta preciosa pedra de anel! Claro, sempre consideraremos – enquanto se não levarem a cabo novas prospeções e, até, novos trabalhos de campo (que vivamente se preconizam) – que é artefacto ‘rico’ de mais para a ‘pobreza’ geral até agora anotada. Creio, porém, que tal constitui, de facto, mui eloquente incentivo para que ao que de romano se encontrar venha a ser concedida toda a atenção que merece!

2. In honorem et ob pietatem (CIL II 5452)

Borges de Figueiredo (1888, p. 171) deu a conhecer mui sumariamente – em jeito de ficha – o fragmento de uma inscrição romana que estava «dentro das antigas muralhas do castelo de Lamego», de «letras grosseiras da decadência, mas muito profundas». Apresenta medidas e a leitura do texto, que traduz:

«Consagração aos Deuses dos mortos. Em honra e veneração de... a Avita, fez erigir este monumento sua filha ...Avita».

Tradução baseada no facto de, nas linhas 2 e 3, ter reconstituído [OB H]ONOREM / [ET PI]ETATEM e, na última linha, F(*ilia*) F(*aciendum*) C(*uravit*).

Hübner (CIL II 5452) faz-se eco do que Borges de Figueiredo escreveu, ainda que esclareça «descripsi ex ectypo, quod Sarmento misit», ou seja, baseou-se no decalque que Martins Sarmento lhe enviara. Entretanto, a epígrafe já dera entrada no Museu de Lamego (onde lhe fora atribuído o nº de inventário 586). Em relação à proposta de Figueiredo, prefere Hübner, na l. 2, [ET PIE]TATEM e, no final, FEC(it). Esta, a lição que será reproduzida em ILER 6651.

No seu plano de rever e de dar a conhecer toda a epigrafia romana do distrito de Viseu, preparou João Vaz, no referido Museu de Lamego, a exposição temporária sobre as inscrições romanas de Lamego, patente de Outubro a Novembro de 1983. No breve catálogo que então elaborou, publicado como separata da revista *Beira Alta*, apresenta sob o nº IX (p. 15 da separata, p. 54 da revista) a ficha completa desta epígrafe; na l. 2, prefere reconstituir *in honorem* em vez de *ob honorem*, mas segue Hübner na l. 3 e Borges de Figueiredo na fórmula final. Explicita, no que se refere à actual forma do monumento, sem que tenha, no entanto, sugerido qualquer tipologia inicial:

«A forma prismática que apresenta faz-nos pensar numa adaptação, ou pelo menos tentativa de adaptação a estela funerária posterior».

Na tradução, diverge bastante do que Borges de Figueiredo propusera, uma vez que escreve:

«[...] filha de Avita, Avita tratou de fazer (este monumento)».

Essa, a interpretação que mantém no livro de síntese que dedicou, em 2007, a Lamego na época romana, considerando a cidade como capital dos Coilarnos (pp. 82-83).

Desta resenha resulta a necessidade de voltar a debruçarmos sobre este monumento, de modo a ter uma ideia mais clara de três aspectos: a tipologia, o formulário patente nas l. 2 e 3, a relação entre as *Avitae* citadas e o formulário final. Dispomos, para o efeito, da excelente fotografia, em devido tempo feita por Delfim Ferreira para João Vaz, no âmbito do projecto do novo CIL II, que reproduzo (Fig. 3).



Fig. 3

2.1. A tipologia

A suposição, de João Vaz, de se haver tentado uma reutilização como estela não se afigura descabida, tendo em conta a visível tendência para sugerir o formato circular das estelas medievais,

acentuado naturalmente pela base pétrea que lhe foi dada (certamente no museu).

Considerando que a l. 1 estaria centrada, segundo um eixo de simetria, temos, no conjunto, um pouco mais do que a metade direita do epitáfio, inscrito num campo epigráfico rebaixado, alisado, não parecendo ter havido a preocupação de se esculpir uma moldura, mau grado, aparentemente e sobretudo no bordo inferior, se poder pensar que um toro rodearia toda a superfície epigrafada.

Sendo assim, terá sido uma placa de granito destinada a ser encastrada num monumento, uma vez que – pelo que se observa da face lateral direita – nesta não houve qualquer afeiçãoamento.

2.2. As fórmulas

A fim de melhor se documentar uma opção em relação às fórmulas citadas, importa uma prévia análise paleográfica.

Na l. **1**, desapareceu com a fractura o D inicial; M muito largo, de que se conserva a maior parte; S inclinado para diante, sem prévio *punctus distinguens*.

Na l. **2**, há a metade do primeiro O a que se segue N mal esculpido; O mais pequeno; R feito a partir do P; o E está grafado como F, de barras oblíquas para cima; M de vértices superiores quase a meio da altura, como o é também o da l. 3.

Na l. **3**, o ponto inicial é, seguramente, o final da barra intermédia de um E; barras dos T e do E levemente oblíquas para cima; A incompleto.

L. **4**; As escoriações da fractura apenas deixam perceber a verosimilhança dum A, de que somente se enxerga, ténue, a perna direita, paralela à do A seguinte; não há pontuação antes de AVITAE e, nesta palavra, o I assume características cursivas, ligado à barra do T, tendo, este, breve segmento para trás no vértice inferior.

L. 5; Sofreu os efeitos dos maus-tratos e, se a leitura AVITA (no nominativo) não oferece dúvida apesar deles, torna-se compreensível hesitar na interpretação das letras antepenúltima e penúltima, inclusive se tivermos em conta a grafia do E da l. 2. Por conseguinte, FEC(it) ou F(ilia) [vel F(iliae)] F(aciendum) C(uravit) gozam de iguais probabilidades de aceitação. Tanto podemos estar, portanto, perante o epitáfio mandado fazer pela filha à mãe como da mãe à filha.

Em relação à fórmula patente – ou melhor, agora não por completo patente... – nas linhas 2 e 3, uma primeira questão se há-de pôr: *ob honorem* ou *in honorem*?

A chave da resposta reside na reconstituição da palavra de que só temos a terminação: ETATEM ou, simplesmente, TATEM. A primeira hipótese que surge é PIETATEM, mormente se pensarmos que estamos em ambiente funerário, onde o louvor à *pietas* ocupa lugar proeminente. *In honorem* e mesmo *ob honorem* não se enquadram, todavia, nesse ambiente de morte mas sim, de preferência, num ambiente de vida. Por outro lado, a junção de *honor* e *pietas* apenas nesta inscrição se documentou até ao momento – e este é um aspecto singular a pôr em evidência.

Na verdade, a expressão *ob honorem* revela-se, de modo especial, nas inscrições em que alguém manifesta gratidão por uma honra que lhe foi concedida. Por exemplo, na conhecida inscrição de *Ossonoba* (Bernardes e Encarnação 2018), dois sêxviros mandam erigir um monumento *ob honorem seviratus*, por os terem elegido para sêxviros.

In honorem, por seu turno, tem lugar privilegiado nos textos honoríficos em que, como a sua classificação sugere, se honra ou se promove a honra de alguém. Neste âmbito se inclui, por exemplo, a expressão corrente *in honorem domus divinae*, a encabeçar inscrições denunciadoras do que se tem chamado o ‘culto imperial’ (Fishwick 1991, 423-435).

No caso presente, preferir-se-ia, por consequência, *in honorem*, ainda que se trate de uma inusitada homenagem póstuma.

Quanto à ocorrência de *pietas* na expressão *ob pietatem* – esta, mais corrente em contexto funerário – dir-se-á que o sentimento piedoso é de quem manda lavrar o epitáfio. Claro, neste caso também lhe pertenceu a atitude de homenagear; mas, enquanto ‘homenagear’ tem mais a ver com a defunta, numa iniciativa de louvor, ‘em manifestação de piedade’ prende-se intrinsecamente com a atitude da dedicante, que manifesta pesar, dedicação, ternura para com o ente querido que partiu. Assim, *Iulius Felix*, o filho, *ob pietatem parentibus posuit dedicavit* – lê-se num epitáfio da África Proconsular (CIL VIII 11 846): Félix pôs e dedicou o epitáfio por piedade para com os pais; e, na *Mauretania Caesariensis* (CIL VIII 21 069), *Fausto lictori Posis coniugi suo ob pietatem titulum constituit*, «Pósis preparou a inscrição por piedade para com o seu cônjuge Fausto, lictor».

A falta de espaço terá determinado, contudo, a omissão de *ob*, pelo que *in* ficará referido a ambas as palavras. Por conseguinte, a proposta de reconstituição da epígrafe é como segue (Fig. 4):



Fig. 4 - A placa funerária de Lamego. Foto de Delfim Ferreira. Especial deferência do Dr. José Luís Madeira, que assinalou a proposta de reconstituição das linhas 1 a 3.

[D(iis)] M(anibus) S(acrum) / [IN H]ONOREM / [ET PIE]TATEM / [...]AE AVITAE / ⁵ [...]A AVITA FEC(it) **ou** F(ilia) [vel F(iliae)] F(aciendum) C(uravit)

Consagrado aos deuses Manes. Em honra e por piedade para com [...] Avita – [...] Avita fez [ou 'a filha Avita tratou de fazer' ou ainda: 'à filha, Avita mandou fazer'].

Não havendo indicação de idade – o que se compreende, uma vez que o texto assume uma dupla característica, de homenagem e de epitáfio – ficamos sem saber se há uma relação de parentesco e se, havendo-a, qual das duas Avitas é a mãe. Pensar-se em termos de mãe-filha afigura-se pertinente, dado o carácter singelo que o epitáfio revela e, por outro lado, como outras vezes acontece, devido ao facto de à filha ter sido atribuído o *cognomen* da mãe. Registe-se, ainda, que é oportuno falar de *cognomen*, uma vez que nos faltam os gentílios. Não valerá a pena propor *Vibia, Iulia, Fabia* ou qualquer outro *nomen* passível de se enquadrar no espaço disponível, porque, além de, como é natural, a filha não ter o gentílico da mãe, não dispomos de critério válido para terçar armas por um ou por outro, uma vez que a fractura os destruiu por completo.

3. Uma inscrição romana de Monsanto da Beira

Algo surpreendente na actividade de José Leite de Vasconcelos é o cuidado com que, ao longo dos seus dias, tudo vai anotando. Poderá parecer-nos, por vezes, vontade de deixar uma autobiografia, um diário; certo é, porém, que as viagens que empreendeu pelo País, são minuciosamente descritas, com os nomes das pessoas com quem se encontrou, o que fizeram, o que lhe ofereceram ou venderam, o que lhe contaram acerca de lendas e de antiguidades. Uma leitura, portanto, extremamente aliciante, qual literatura de viagens, e,

sobretudo, rica de mui inesperados ensinamentos, alguns dos quais – tantos são!... – acabam por passar despercebidos.

Veja-se, a título de exemplo, o que escreveu sobre a viagem empreendida de 13 de Julho a 13 de Setembro de 1916 «de Lisboa a Castelo Branco» (1916), em que expressamente quis narrar como empregara o tempo e «quais os objectos arqueológicos e etnográficos que obtivera para o Museu Etnológico» (p. 293).

De Monsanto da Beira (concelho de Idanha-a-Nova), refere a inscrição que *Reburrus Tongetami* dedicou a Júpiter Ótimo Máximo e que José Vives incluiu no seu *corpus* (ILER 131). José Manuel Garcia referiu-a, acrescentando, porém, haver desconhecimento do paradeiro da epígrafe (RAP 291). Daí passou para HEpOL, sob o nº 24 167.

Acontece, todavia, que juntamente com essa epígrafe estava «em depósito» numa «quinta vizinha» da Quinta do Burrinho o fragmento de uma outra, de granito, que também pertencera à colecção do Dr. Barbosa Correia, de Monsanto. Aí se deslocou, a 17 de Agosto de 1916, em companhia do Dr. José Ferreira da Trindade. Assim a descreve (p. 305):

«A outra está incompleta: o fragmento que resta, diz: *Paullus ... Fonte[ius] fasciendum [curavit]. A pedra tem 0^m,70 de comprimento; 0^m,37 m de largura; 0^m,41 de altura.*»

Procurei nos índices dos habituais *corpora* e tanto a este *Paullus* como ao eventual *Fonteius* não encontrei referência. A epígrafe terá, eventualmente, passado despercebida e, daí, se me ter afigurado oportuno citá-la.

Porventura, *fasciendum* (por *faciendum*) será de entender-se como gralha. O facto de estar, verosimilmente, por extenso – o que implicaria, como Leite de Vasconcelos bem anotou, também estar por

extenso a forma verbal (*curavit*) – sugere que estaríamos perante o fragmento de placa com alguma monumentalidade.

Paullus seria o *cognomen* do defunto, identificado com os *tria nomina* ou com esse nome único. *Fonteius*, por seu turno, sendo habitualmente um gentílico, determina, em princípio, a existência de *praenomen* e *cognomen*; identificaria, mui provavelmente, o dedicante do epitáfio.

O antropónimo *Paullus* juntar-se-á aos testemunhos conhecidos de momento, na *Lusitania*: o mapa 227 (p. 259) do *Atlas* referido na bibliografia dá conta de uma dezena de testemunhos, maioritariamente dessa área, etimologicamente latinos (Kajanto, p. 243). Quanto ao possível *Fonteius*, seria deveras interessante reencontrar a epígrafe, pois que, a nível do que se conhece da epigrafia lusitana, o seu uso e como *nomen* apenas se registou, até ao momento, uma única vez, numa inscrição de Loulé (Encarnação 2018a, p. 64).

Uma onomástica, por conseguinte, eminentemente latina, como é timbre da região envolvente da *civitas Igaeditanorum*.

4. Conclusões

A panorâmica do que foi escrito sobre os três monumentos epigráficos visou tão-somente tornar mais consciente o que já se conhecia.

1. Na verdade, muito se escrevera acerca da *gemma* com inscrição mágica em grego; contudo, essas informações acabaram por circular predominantemente em Espanha e não nos apercebêramos do que o seu achamento no termo de Almeida poderia significar do ponto de vista histórico-arqueológico. De resto, as entidades que aí superintendem na História e na Cultura, estão mais interessadas – e com razão! – na reabilitação do papel da vila aquando das Guerras

Napoleónicas e, por conseguinte, na reabilitação dos seus espaços amuralhados e ainda não terão tido ocasião de se debruçar sobre vestígios mais antigos do seu viver. Os dados agora reunidos são, por conseguinte, susceptíveis de vir a lançar nova luz e a despertar entusiasmo acerca do passado romano almeidense.

2. A reanálise da inscrição achada em reutilização no castelo de Lamego proporcionou a possibilidade de se reflectir acerca do parentesco entre defunta e dedicante, mui provavelmente mãe e filha, sem que, no entanto, se possa garantir quem foi, de facto, a dedicante, atendendo ao facto de apenas ter subsistido cerca de metade do epitáfio. Mais interessante foi, todavia, ter-se verificado a junção singular – que, nos monumentos epigráficos romanos conhecidos não tem paralelo – de *honos* e de *pietas*, a primeira predominantemente usada para homenagear os vivos e a *pietas* mais relacionável com o mundo dos mortos.

3. Chamou-se a atenção para a riqueza informativa que José Leite de Vasconcelos não teve peias em miudamente transmitir nos relatos das suas viagens por Portugal. Relendo-o, houve, pois, a possibilidade de recuperar informação acerca do fragmento de uma inscrição funerária de Monsanto da Beira. Vale essa recuperação por apresentar mais um testemunho de dois antropónimos latinos não muito frequentes; e, sobretudo, por alertar os investigadores dessa zona beirã para a circunstância de se desconhecer o destino que levou a valiosa colecção arqueológica e etnográfica do Dr. Barbosa Correia. Não falou Leite de Vasconcelos no que dela se poderia fazer, quando tem por hábito sugerir a cedência para o seu Museu ou mesmo aprestar-se a adquirir alguma das peças, mormente as duas epígrafes, um tipo de monumentos por que ele detinha particular interesse. Estranha-se esse silêncio, bem como o facto de – pelo que logrei apurar – nada mais se ter sabido tanto duma como doutra das epígrafes. Estarão ainda no mesmo lugar, como amiúde acontece? A questão aí fica.

Bibliografia

AE = *L'Année Epigraphique*. Paris. [Indica-se o ano e o nº da inscrição].

ALARCÃO (J. de), *Roman Portugal*. Warminster: Aris and Phillips Ltd., 1988.

ALFARO GINER, Carmen – *Entalles y Camafeos de la Universitat de Valencia*. Valencia: Conselleria de Cultura, Educació i Ciència, 1996.

ALFARO GINER, Carmen – El origen de la colección de entalles y camafeos de la Universidad de Valencia. *Saitabi*. Valencia. 47 (1997), pp. 365-376.

ALFÖLDY, Géza – Panóias: o santuário rupestre, in RIBEIRO, José Cardim (coord.), *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2002, pp. 211-214.

BERNARDES, João Pedro e ENCARNAÇÃO, José d' – O templo romano de Faro. *Anais do Município de Faro: Câmara Municipal de Faro*. 40 (2018), pp. 19-42. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/80973>

CIL II = HÜBNER, Emílio – *Corpus Inscriptionum Latinarum – II*. Berlim: Academia das Ciências. 1869 e 1892.

CONTADOR DE ARGOTE, Jerónimo – *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga ...* Lisboa Occidental: na officina de Joseph Antonio da Sylva, 1732-1734.

CURADO, Fernando P. – Fragmento de epígrafe de Malhada Sorda (Almeida). *Ficheiro Epigráfico* 27 (1988), inscrição nº 125 = AE 1989 391.

ENCARNAÇÃO, José d' – «Apostilas epigráficas – 8», *Liburna: Universidad Católica San Vicente Mártir, Servicio de Publicaciones, Valencia*. 13 (Nov 2018), pp. 27-49. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/81370>

ENCARNAÇÃO, José d' – Da representação iconográfica dos atributos divinos – A propósito de IRCP 58. *Al'ulyà: Arquivo Municipal de Loulé*. 20 (2018a) pp. 61-67. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/81363>

FIGUEIREDO, António C. Borges de – Inscrições de Lamego e de Quintela de Penude. *Revista Archeologica e Historica*. Lisboa. 2 (1888) pp. 170-172.

FISHWICK, Duncan – *The Imperial Cult in the Latin West. Studies in the Ruler Cult of the Western Provinces of the Roman Empire*. II – 1, Leiden-Boston-Colonia: Brill, 1991.

HEPOL = versão *on line* de *Hispania Epigraphica*, revista editada pela Universidade Complutense de Madrid. Acessível em <http://eda-bea.es/>

HERNANDO SOBRINO, Rosario – Las gemas de Don Joaquín Ibáñez, chantre de la catedral de Teruel y la formación de las colecciones hispanas. *Salduie*. Zaragoza. 2 (2001-2002), pp. 237-246.

HÜBNER, Emílio – Antichità della Spagna, III. Regni di Valencia e Murcia. *Bulletino dell'Istituto de Corrispondenza Archeologica per l'Anno 1861*. Roma. 1861, pp. 22-32.

ILER = VIVES, José - *Inscripciones Latinas de la España Romana*. Barcelona: Departamentos de Filología Latina, Universidad de Barcelona, 1971 e 1972.

KAJANTO, Iiro - *The Latin Cognomina*. Roma: G. Bretschneider Editore. 1982 (reimp.).

MACEDO, J. J. da Costa de - Memória sobre os conhecimentos da língua e literatura grega, que houve em Portugal até ao fim do reinado de el rey D. Duarte, lida na sessão de 14 Abril de 1853 e nas seguintes. *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, classe de sciencias moraes politicas e bellas lettras*, nova série, tomo I, parte I, Lisboa (1854), pp. 40-168.

MACHADO, Antonio - *Poesías Completas*. Madrid: Selecciones Austral, Espasa-Calpe. 101984.

MASDEU, Juan Francisco - *Historia Critica de España y la Cultura Española*. Madrid: Don Antonio de Sancha, 1783-1805, vol. 5.

NAVARRO CABALLERO, Milagros e RAMÍREZ SÁDABA, José Luis - *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*. Mérida-Bordéus: Fundación de Estudios Romanos e Ausonius Éditions, 2003.

PEREA YÉBENES, Sabino - θεὸς ὑψίστος - Dios Altísimo en una gema mágica de Hispania romana. *Aevum: Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università Cattolica del Sacro Cuore*, Milano. 77 (1998), pp. 127-142.

PEREA YÉBENES, Sabino - *El Sello de Dios (Σφραγίς Θεοῦ)*, Nueve estudios sobre magia y creencias populares greco-romanas. Madrid: Signifer Libros. 2000, 37-64.

RAP = GARCIA, José Manuel - *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às "Religiões da Lusitânia" de J. Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1991.

RODRIGUES, Adriano V. - *Almeida - Da Pré-história aos nossos dias - Memórias*. Almeida: Câmara Municipal. Setembro de 2010.

RODRÍGUEZ, Cristóbal - *Bibliotheca Universal de Polygrafía Española*. Madrid, 1738.

TELES, Carlos Alberto, e TELES, João Alberto - Inscrição funerária de Parada (Almeida) (*Conventus Scallabitanus*). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 14 (1985), inscrição nº 61 = AE 1985, 521.

VASCONCELOS, J. Leite de - Pela Beira. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 22 (1916), pp. 293-344.

VAZ, João L. I. - *Breve Catálogo das Incrições Romanas de Lamego*, separata autónoma do artigo de *Beira Alta* (Viseu) XLI (1982) 497-526, publicada como catálogo da exposição temporária patente no Museu de Lamego, em Outubro-Dezembro de 1983.

VAZ, João L. I. - *Lamego na época romana, capital dos Coilarnos*. Lamego: Associação para a Valorização e Defesa do Património do Vale do Douro, 2007.

Adenda

A Professora Carmen Alfaro Gener teve a gentileza de me enviar cópia das fotografias que lhe haviam servido para o seu estudo.

Cumpre-me agradecer-lhe de todo o coração a oportunidade de, assim, o texto ficar enriquecido com a inserção do que mui rapidamente me disponibilizou.



Fig. 1 - a



Fig. 1 - b



Fig. 1 - c

Fotografias de Manuel Agramount